





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ESTUDOS DEPLAN

Nº 02/2010

Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento
da economia gaúcha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA
YEDA RORATO CRUSIUS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIO: José Alfredo Pezzi Parode

SECRETÁRIO ADJUNTO: Alexandre Alves Porsse

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

DIRETORA: Rejane Maria Alievi

DIRETORA ADJUNTA: Carla Giane Soares da Cunha

EQUIPE EDITORIAL

Antonio Paulo Cargnin

Laurie Fofonka Cunha

Maria Lúcia Leitão de Carvalho

Rubens Soares de Lima

Suzana Beatriz de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

REVISÃO: Maria Lúcia Leitão de Carvalho, Marlise Margô Henrich, Vera Helena da Fonseca

DIAGRAMAÇÃO: Irmgard Penz

CAPA

Marco Antonio Spassal Penha

As opiniões nesta publicação são de exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o posicionamento da SEPLAG.

É permitida a reprodução dos artigos publicados pela revista, desde que citada a fonte. São proibidas as reproduções para fins comerciais.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada para:

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG / DEPLAN

Revista **Estudos DEPLAN**

AV. Borges de Medeiros, 1501 / 9º andar – Porto Alegre, RS – CEP 90119-900

Fone: (51) 3288-1543 – FAX: (51) 3288-1546 Email: deplan@seplag.rs.gov.br

Homepage: www.seplag.rs.gov.br

UM ESBOÇO DA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

*Rubens Soares de Lima**

1 Antecedentes

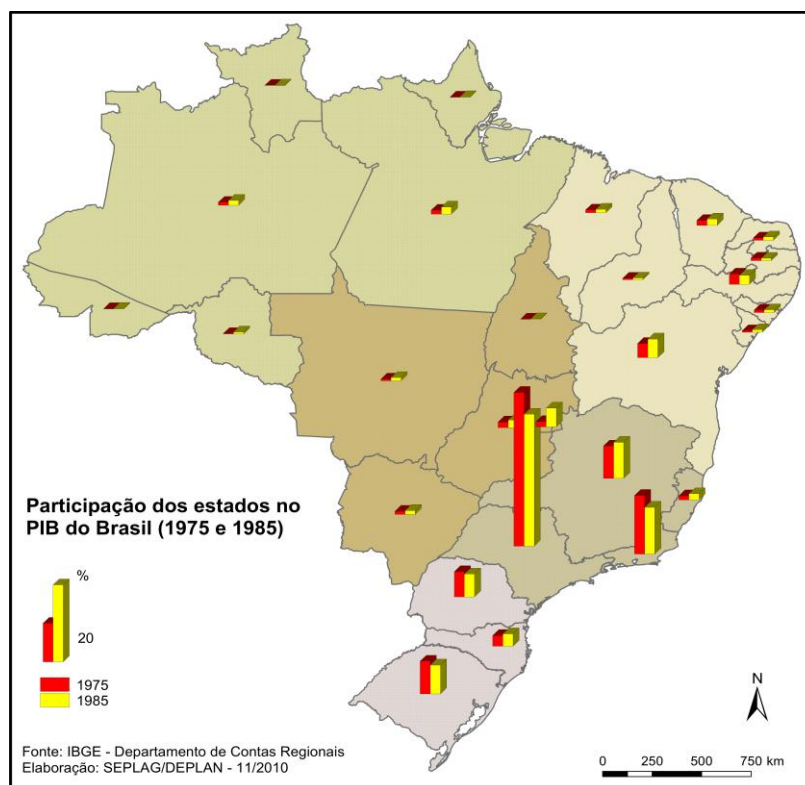
Uma característica marcante do processo de desenvolvimento brasileiro foi a elevada concentração econômica ocorrida na Região Sudeste e, de maneira mais específica, em São Paulo. Esse fenômeno tornou-se ainda mais acentuado à medida em que se afirmava a acumulação do capital no setor industrial no País. Assim, em 1970, a Região Sudeste detinha 65,55% do PIB nacional, e o Estado paulista, 39,43%. No que se refere ao Produto Industrial, esses percentuais eram ainda mais elevados, quais sejam, 79,09% e 56,45%, respectivamente (AFONSO e SILVA, 1995).

A partir da metade da década de 70, entretanto, passou-se a assistir a um lento, porém contínuo, movimento de desconcentração espacial na economia brasileira. Esse movimento, mesmo sem apresentar a intensidade suficiente para alterar substancialmente os diversos níveis de concentração regional da renda então existentes, parecia consistente no sentido de indicar uma reversão na tendência secular desse processo. As razões que motivaram essa mudança na trajetória espacial da economia brasileira, principalmente no período 1975-1985, foram objeto de inúmeras análises na literatura sobre desenvolvimento regional, podendo-se citar, entre outras, as de: Diniz e Lemos, 1991; Azzoni, 1986; Araújo, 1994; e, Diniz e Santos, 1993.

De forma geral, esse processo, tanto no seu aspecto inter-regional quanto intrarregional, orientou-se para uma convergência em torno da média do produto interno nacional. Desse modo, a Região Sudeste perdeu posição relativa em relação às de menor produto *per capita*, o mesmo ocorrendo no interior da Região, tendo São Paulo e Rio de Janeiro diminuído suas participações no PIB, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo tiveram aumento. De maneira muito sintética, pode-se arrolar como fatores que impulsionaram essa desconcentração espacial da renda: a) o esgotamento do ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da primeira metade da década de 70, que incidiu de forma mais aguda nas áreas mais industrializadas; b) as políticas de incentivo e isenções fiscais implementadas pelo Estado, beneficiando regiões mais atrasadas; c) a exploração de recursos naturais viabilizada pela expansão da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações; e, d) a expansão da fronteira agrícola. Pode-se, ainda, agregar fatores de dimensão mais microeconômica, como as deseconomias de escala e o fortalecimento dos sindicatos nas regiões metropolitanas, caso exemplar do ABC paulista.

* Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) cedido para a SEPLAG/DEPLAN

Figura 1- Participação do PIB dos Estados no PIB do Brasil - 1975 e 1985



No que se refere à Região Sul, observa-se um pequeno aumento de participação até a metade da década de 70, seguido de uma queda em 1980 e de um leve aumento em 1985 que, todavia, não foi suficiente para retomar o patamar de 1975. O Rio Grande do Sul, que em 1970 possuía um produto *per capita* mais elevado do que o do País, seguiu o padrão nacional já referido: apresentou aumento de participação até 1975 e declínio na sua fatia do PIB brasileiro a partir desse ano (NETO, 1995). A perda mais acentuada ocorreu na agropecuária que, em 1970, respondia por aproximadamente 16% do produto interno do setor no Brasil e reduziu sua participação para 9,3%, em 1985. O setor industrial sofreu igualmente uma perda no período, mas com intensidade bem menor, passando de 7,5% na geração do produto industrial brasileiro, em 1975, para 6,9%, em 1985 (BANDEIRA, 1995).

Pode-se concluir, portanto, que a trajetória da economia estadual nesse período não apresenta nenhuma especificidade, uma vez que reproduz com bastante aderência o padrão de desconcentração regional que caracterizou a economia brasileira. Ou seja, ao menos no nível em que são feitas estas observações, dificilmente poder-se-ia atribuir a perda de participação no PIB nacional a um processo de crise particular vivenciada pela economia gaúcha.

Mesmo assim, sempre que o Rio Grande do Sul apresenta taxas de crescimento inferiores às verificadas no País, e em algumas ocasiões às de outros estados da Federação, tem sido recorrente o debate sobre a possibilidade de o Estado estar submetido a uma crise particular de dimensões estruturais¹. Essa constatação é válida, não só para esse período histórico, mas também para os anos posteriores. O traço diferencial dos diagnósticos mais recentes fica por conta da tendência de atribuir o insuficiente crescimento da economia estadual a uma carência dos investimentos do Governo do Estado, principalmente, na área de infraestrutura.

¹ Na realidade, desde a década de 50, são bastante frequentes as manifestações pessimistas sobre o futuro da economia do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, são eloquentes os títulos de algumas análises clássicas sobre a economia gaúcha: Rio Grande do Sul: um novo nordeste (OLIVEIRA, 1960); A crise econômica do Rio Grande do Sul (SCHILLING, 1961); Análise do insuficiente desenvolvimento da economia gaúcha (ACCURSO, CANDAL e VERAS, 1965).

2 O período 1985-2009

A partir do final dos anos 80 até, praticamente, o final da década de 90, a avaliação sobre a continuidade desse processo e as consequências daí advindas para o Rio Grande do Sul ficou bastante prejudicada pela carência de estatísticas confiáveis posteriores a 1985, data do último Censo Econômico. Essa situação agravou-se pelo verdadeiro desmonte do Sistema Nacional de Estatística efetuado pelo Governo Collor que, praticamente, inviabilizou a produção e a divulgação de informações pelo IBGE. Em razão disso, com base na extrapolação da tendência até então verificada, várias análises apontaram que o Rio Grande do Sul havia entrado em uma trajetória de perda de participação no contexto nacional e que esse fenômeno havia se acentuado no transcorrer dos anos 90. Essa circunstância acabou por radicalizar a ideia de que a perda de dinamismo da economia gaúcha, *vis-à-vis* o País e outros estados brasileiros, era o resultado lógico da crise fiscal que comprimia a capacidade de investimentos do governo estadual².

A retomada do sistema nacional de estatísticas, em 1999, significou a possibilidade de se dispor não só de séries mais fidedignas de PIBs estaduais, como também de segurança para se proceder a uma avaliação mais confiável do desempenho das economias estaduais, tendo em vista a homogeneidade da metodologia utilizada. Uma consequência da divulgação dessas informações foi a constatação de que não havia qualquer evidência mais consistente que validasse a tese de que o Rio Grande do Sul estivesse vivenciando, ao menos com a intensidade pretendida por alguns analistas, o esgotamento de seu processo de crescimento.

De certo modo, a dificuldade para a demonstração dessa tese implicou que fosse abandonada a relação de causalidade entre crise fiscal-crise econômica e ganhasse força um novo enfoque, segundo o qual a economia gaúcha, apesar da crise fiscal, ainda lograria acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. Isso não significaria desconhecer que, no longo prazo, a retração dos investimentos públicos implicaria a perda de competitividade sistêmica da economia estadual e, como consequência, um encolhimento na sua taxa de crescimento.

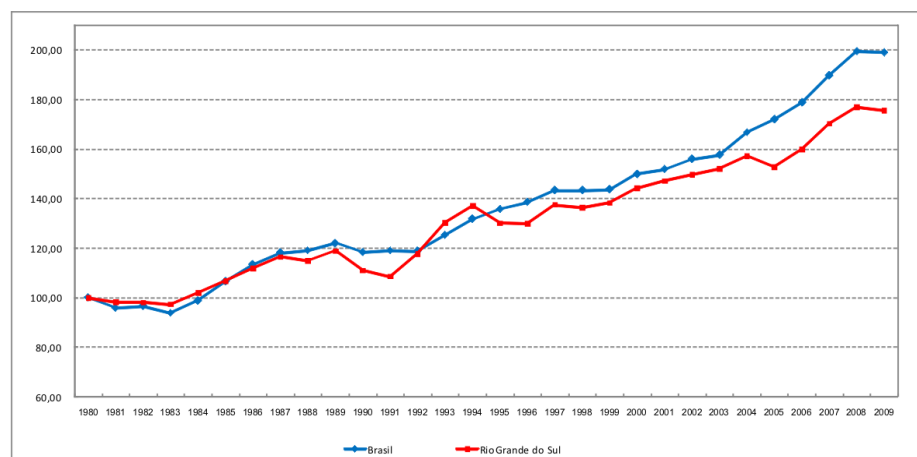
A revisão da série do PIB para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, referente ao período 2003-2009, realizada pelo IBGE e pela FEE, retoma, de algum modo, essa discussão, ao mostrar uma diminuição na participação do Estado no produto do País nesse período. É precisamente a disponibilidade dessas novas informações que enseja as observações feitas na sequência. Longe de se ter a pretensão de chegar a qualquer posição mais definitiva sobre uma questão tão controversa, o que se busca é somente adequar o debate a dados mais consistentes com a realidade³.

O Gráfico 1 permite visualizar as trajetórias dos Índices de Volume do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul ao longo de um período de 29 anos. De modo geral, pode-se dizer que o País e o Estado apresentam comportamento semelhante nas suas curvas de crescimento, se bem que com intensidade às vezes diferenciada. Tomando 1985 como referência, percebe-se que somente em 1993 e 1994 o índice estadual situou-se acima do brasileiro, ao mesmo tempo que, ao longo da série, em poucas ocasiões – caso de 2005 – passa a ocorrer um distanciamento mais significativo entre as duas curvas.

² A esse respeito, ver Lima, 1997.

³ As séries estatísticas e, em larga medida, as considerações aqui apresentadas são resultado da participação, nas discussões do tema, dos técnicos do Núcleo de Contabilidade Social da FEE, os quais, todavia, não são responsáveis pelos eventuais equívocos de interpretação dos dados.

Gráfico 1 - Índice de volume do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1980 a 2009



Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Uma forma interessante de enfocar essa questão é através de períodos selecionados (Tabela 1). Desse modo, observa-se que o Rio Grande do Sul apresenta uma ligeira vantagem no período 1986-1994, 2,8% a.a. contra 2,4 a.a. do Brasil. Em 1995, ocorre uma forte retração da economia gaúcha, provocada pelo impacto do Plano Real, que se traduz em uma assimetria bastante pronunciada entre o desempenho da economia nacional, que cresce 3%, e o da gaúcha, que apresenta uma taxa negativa de 5%⁴. Nos anos compreendidos entre 1996 e 2003, o Brasil e o Estado crescem a taxas médias praticamente iguais, respectivamente 1,9% e 2,0% a.a. Os outros dois anos subsequentes representam uma nova ruptura na simetria das trajetórias de crescimento, pois o Rio Grande do Sul registra uma taxa de 0,2%, e o País, de 4,4%. Essa diferença é explicada, em larga medida, pelos efeitos da grande seca que marcou o Estado nesses anos⁵. Para o resto da série analisada, 2006-2009, volta a ocorrer uma estreita aproximação do desempenho da economia gaúcha e da brasileira, respectivamente, 3,6% a.a. e 3,7% a.a.

Tabela 1- Taxas de crescimento do PIB do RS e do Brasil por período selecionado

Período	PIB		Agropecuária		Indústria de Transformação		Construção Civil		Serviços		PIB per capita	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
1986-1994	2,8	2,4	0,8	2,8	3,6	1,7	1,5	2,3	2,4	2,6	1,3	0,4
1995	-5,0	3,0	1,7	1,8	-15,2	1,4	0,5	3,3	0,9	3,9	-6,3	1,6
1996-2003	2,0	1,9	3,8	4,3	1,6	0,8	2,3	0,5	1,8	2,1	1,0	0,4
2004-2005	0,2	4,4	-14,1	1,3	0,7	4,8	3,6	4,2	2,2	4,3	-0,5	3,1
2006-2009	3,6	3,7	12,6	2,4	-0,7	0,6	3,5	2,7	4,7	4,4	2,9	2,6

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Pode-se, assim, concluir que, *grossa modo*, o Estado acompanha a evolução da economia brasileira, mas não consegue recuperar, ao menos integralmente, as quedas que ocorrem em anos, ou biênios, nos quais a economia estadual mostra um comportamento atípico frente ao verificado no País. Essas quedas no PIB do Rio Grande do Sul podem ser provocadas tanto pela especificidade de sua estrutura econômica face à determinada política econômica (como no caso do Plano Real), quanto pela suscetibilidade da sua cadeia agroindustrial em relação à irregularidade da distribuição do regime de chuvas no Estado⁶. Essa situação aparece de maneira bastante clara nos anos 2004-2005, perceptível pela existência de um maior espaçamento entre as curvas do PIB estadual e do Brasil e da sua permanência nos anos subsequentes. Ou seja, são acontecimentos que incidem de forma particular no Rio Grande do Sul e que têm forte repercussão no desempenho do crescimento, caso de um ano de estiagem. Ao mesmo tempo, é difícil a economia gaúcha recuperar este *gap* porque o desempenho do País dificilmente apresentará alguma oscilação significativa que

⁴ Para uma análise das consequências do Plano Real para a economia gaúcha ver FLINGESPAN, coord., 2002.

⁵ O efeito da estiagem se reflete na queda de 14,1% da produção agropecuária do Estado, que vai repercutir, também, no mau desempenho da indústria de transformação gaúcha (0,7%) *vis-à-vis* a brasileira (4,8%).

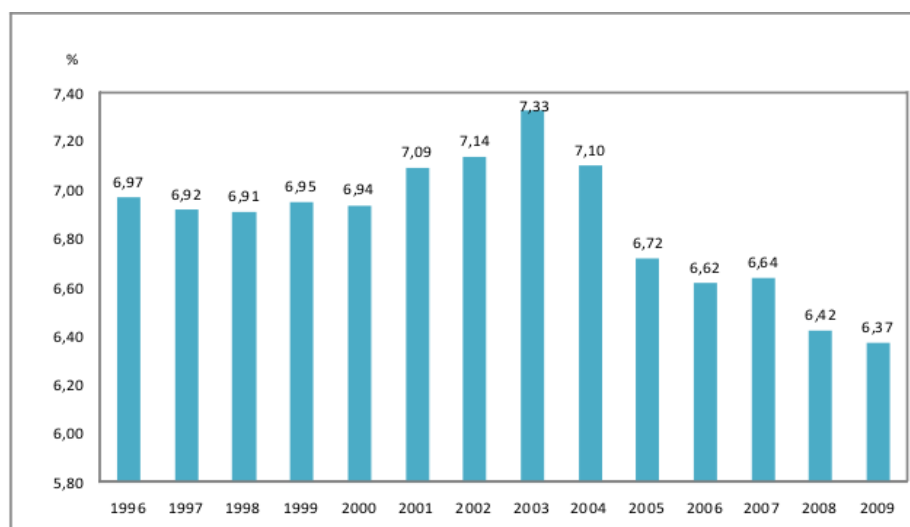
⁶ Essa *ideia síntese* foi proposta por Cecília R. Hoff na reunião de trabalho realizada com técnicos da FEE.

não envolva também a economia do Rio Grande do Sul. É importante, também, ressaltar um outro lado dessa questão que, muitas vezes, passa despercebido, qual seja, o fato de que, como o cálculo das participações é realizado a preços correntes, em alguns anos ou períodos o Rio Grande do Sul apresenta crescimento superior ao do Brasil e, mesmo assim, perde participação na economia nacional. As razões dessa perda residem, portanto, em uma desvantagem dos preços dos produtos gaúchos frente aos do resto do País. Essa é uma questão bastante complexa, que envolve desde o perfil da estrutura produtiva do Estado até questões de poder de mercado dos produtores gaúchos, que merecem, sem dúvida, uma atenção maior dos analistas da economia estadual.

Observando-se agora a participação das regiões e unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, no período 1995-2007 (Tabela 1 - em anexo), a primeira constatação a ser feita é a de que o Rio Grande do Sul mantém a posição que ocupou historicamente no *ranking* dos 27 entes federativos, qual seja, o quarto lugar, abaixo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De resto, dentre os cinco Estados mais bem posicionados no *ranking*, Minas Gerais e o Paraná são os únicos que apresentam um pequeno ganho de participação no período, enquanto o Rio de Janeiro mantém inalterada a sua posição, e São Paulo registra uma trajetória claramente descendente.

Na realidade, o que realça quando são examinadas séries mais longas dos PIBs estaduais de maior ponderação no produto do Brasil é que, na maioria dos casos, existem oscilações, para mais ou para menos, de curta duração, que dificultam a identificação positiva ou negativa sobre o seu desempenho no longo prazo. Mesmo assim, no que concerne ao Rio Grande do Sul, a observação do Gráfico 2 permite identificar dois movimentos bem delineados. O primeiro é um movimento ascendente, que ilustra a tendência de aumento de participação do PIB estadual no nacional entre os anos 1996/2003. A partir desse último ano, até 2009, tem início uma curva descendente que resulta, de maneira quase linear, na retração de um ponto percentual da economia gaúcha na geração do produto brasileiro.

Gráfico 2 - Participação do PIB, a preço corrente, do RS, no PIB do Brasil



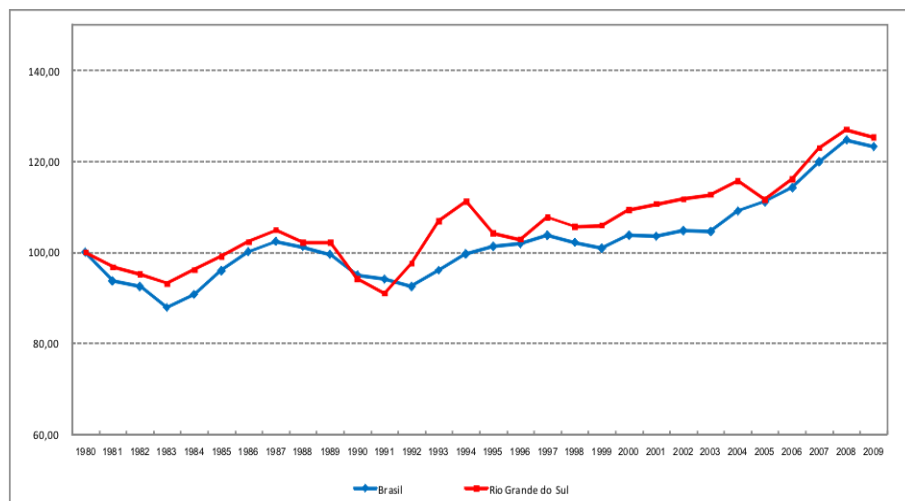
Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

Neste ponto da análise, cabe perguntar sobre as razões pelas quais o descompasso da trajetória de crescimento da economia do Rio Grande do Sul frente à do País aparece de maneira tão nítida quando essa questão é enfocada em termos da participação e de forma muito mais atenuada, e até mesmo controversa, quando é enfocada pela ótica das taxas de crescimento. A resposta mais evidente reside no problema dos preços anteriormente aludido. Essa constatação reforça a ideia de que a preocupação com o desenvolvimento da economia gaúcha deve estar mais focada na evolução dos preços auferidos pela produção estadual do que propriamente na perda de capacidade do seu processo de acumulação.

O fato de que, em sua grande maioria, os estados brasileiros que apresentam um produto *per capita* acima da média brasileira tenham perdido posição no cenário nacional também é outro argumento que se contrapõe à afirmação de que a economia gaúcha está em crise. Afinal, como pode ser visualizado no Gráfico 3, à exceção de 1991, o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul tem se mantido acima da média brasileira, ainda

que a diferença entre o Estado e o País tenha se reduzido após 2005. Portanto, é razoável supor que a trajetória da economia gaúcha se insira no âmbito de um padrão de crescimento regional do Brasil que, sem a nitidez do que ocorreu a partir da metade da década de 70, continue apresentando uma lenta convergência em torno da média nacional.

Gráfico 3 - Índice de volume do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul e do Brasil
- 1980 a 2009



Fonte: FEE/CIE; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

3 Onde perde o Rio Grande do Sul

Uma das alterações mais significativas, resultante da aplicação da nova metodologia elaborada pelo IBGE/FEE, foi o aumento de participação dos Serviços na composição do PIB⁷. Conforme pode ser observado na Tabela 2 do Anexo Estatístico, entre 2002 e 2008, esse setor de atividade passa a responder por uma fatia de, aproximadamente, 60% do Valor Adicionado Bruto do Estado. Vale lembrar que o aumento do peso dos Serviços na estrutura produtiva não ocorreu somente na economia gaúcha, mas de maneira generalizada para o País.

Dada essa nova configuração estrutural, a pergunta que surge de forma quase imediata é se aí residem as razões da perda de participação da economia riograndense no cenário nacional. O exame da Tabela 3 permite afirmar que, de modo geral, a atividade de Serviços segue, de maneira muito aproximada, o comportamento referido para o PIB como um todo. Ou seja, afora anos ou biênios específicos de dificuldade para a economia gaúcha, o seu crescimento é muito próximo do observado para o Brasil. De resto, esse comportamento se repete para os demais setores. Assim, pode-se dizer que os serviços no Rio Grande do Sul tem apresentado um comportamento bastante tradicional para essa atividade, qual seja, a de acompanhar com algum grau de elasticidade, para mais ou para menos, o desempenho da atividade produtiva. Em suma, nada sugere alguma assimetria entre o desempenho do setor de Serviços no Estado e no resto do Brasil.

Tabela 2 - Taxas de Crescimento do PIB – Setores (média dos períodos em %)

	1986-1994		1995		1996-2003		2004-2005		2006-2009	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
PIB	2,8	2,4	-5,0	3,0	2,0	1,9	0,2	4,4	3,6	3,7
PIB per capita	1,3	0,4	-6,3	1,6	1,0	0,4	-0,5	3,1	2,9	2,6
Agropecuária	0,8	2,8	1,7	1,8	3,8	4,3	-14,1	1,3	12,6	2,4
Indústria de Transformaçã	3,6	1,7	-15,2	1,4	1,6	0,8	0,7	4,8	-0,7	0,6
Construção Civil	1,5	2,3	0,5	3,3	2,3	0,5	3,8	4,2	3,5	2,7
Serviços	2,4	2,6	0,9	3,9	1,8	2,1	2,2	4,3	4,7	4,4

Fonte: IBGE/FEE

⁷ Como pode ser visto na Tabela 3 do Anexo estatístico, o Setor de Serviços engloba uma heterogeneidade muito grande de atividades.

No que se refere às participações setoriais (Tabela 2, Anexo), como seria esperado, ressalta a forte oscilação da agricultura em determinados anos, fruto da sensibilidade dessa atividade aos fenômenos climáticos e à própria política econômica, caso do câmbio e preços agrícolas. Entretanto, a sua trajetória ao longo de todo período indica uma rápida recuperação do setor no cenário nacional e a manutenção de uma fatia, em torno, de 11% do Valor Adicionado (VA) da agricultura brasileira.

Tabela 3 - Participação do VA do RS por setores no VA do Brasil

Período	RS/BR		
	Agricultura	Indústria	Ind. Transformação
1995	11,99	7,80	9,35
1996	11,69	7,50	9,35
1997	11,05	7,94	10,08
1998	11,59	7,33	9,15
1999	11,39	7,34	9,24
2000	10,45	7,56	9,39
2001	12,45	7,52	9,22
2002	10,97	7,48	9,27
2003	12,83	7,47	9,12
2004	11,00	7,51	9,17
2005	8,33	6,95	8,52
2006	11,27	6,52	7,96
2007	11,88	6,43	7,75

Fonte IBGE/FEE

No que tange ao setor industrial, porém, a situação é menos confortável, pois se percebe uma nítida tendência de perda de participação da indústria gaúcha no VA da indústria brasileira a partir de 2005. Entretanto, como já foi referido, esses anos estão marcados pela seca ocorrida em 2004/2005, que repercutiu com grande intensidade no tecido industrial do Rio Grande do Sul. Assim, é importante verificar se os dados de 2008, 2009 e 2010 sinalizam para a manutenção de um patamar mais baixo de participação do Estado na indústria nacional ou apontam para uma tendência de recuperação da atividade manufatureira estadual. Não se pode perder de vista, porém, que os anos de 2008 e 2009 são marcados pela grande crise econômica/financeira pela qual passou a economia mundial. Mesmo considerando que os efeitos da retração econômica internacional tenham sido sentidos em menor proporção no Brasil, é certo que tal fato ocasionou uma série de consequências para o crescimento do PIB. E, invariavelmente, os Estados que apresentam um nível maior de industrialização e inserção internacional, como é o caso do Rio Grande do Sul, são aqueles que tendem a ser mais impactados com a retração da economia mundial.

Considerações finais

A literatura econômica é bastante rica sobre a história e as teorias da crise no capitalismo. A rigor não parece muito apropriado falar-se em crise quando se analisa o comportamento de uma economia de uma unidade da Federação. Afinal, no federalismo brasileiro não existe autonomia do regime monetário e financeiro, e a maioria das políticas macroeconômicas e setoriais econômicas está muito mais restrita à União. Portanto, ao se falar de crise da economia gaúcha, ou de qualquer outro estado brasileiro, deve-se entender essa afirmação como uma situação na qual determinado espaço do território enfrenta dificuldades para acompanhar o ritmo de desenvolvimento do País.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, essa é uma questão bastante recorrente e tem se prestado a inúmeras interpretações e posicionamentos, muitas vezes, de viés mais ideológico. Como já referido, o presente texto tem uma perspectiva meramente exploratória, aproveitando a disponibilidade de informações comparáveis com os dados do Brasil e outros estados brasileiros.

Nesse sentido, foge aos seus propósitos apresentar uma posição mais definitiva sobre se o Rio Grande do Sul está vivenciando, no período recente, um processo de retração em sua dinâmica econômica. O que é possível visualizar das informações analisadas é que a economia gaúcha não tem logrado recuperar os *gaps* que têm ocorrido na sua trajetória de crescimento em anos nos quais o Estado se defronta com situações de dificuldades particulares, como anos de quebra da safra agrícola pela ocorrência de grandes estiagens. Na realidade, o descompasso da *performance* do Estado em relação ao Brasil aparece de forma mais nítida

quando se faz essa comparação em termos de preços correntes, o que sugere que o Rio Grande do Sul possa estar enfrentando alguma desvantagem na evolução dos preços dos seus produtos. Aliás, não pode ser descartado, nesse aspecto, algum problema de ordem metodológica envolvendo o Índice de Preços.

Do ponto de vista setorial, mesmo sem o aprofundamento que uma análise deste tipo requer, o problema da perda de participação do Estado no produto nacional é identificado com mais evidência no setor fabril. Uma justificativa que ocorre de imediato é o fato de o Rio Grande do Sul ter perdido, de forma quase que sistemática, parcelas do segmento calçadista que, em passado recente, se constituía em uma atividade de grande peso na estrutura da indústria estadual. Outro fator que pode ser bastante elucidativo para a perda de participação da indústria gaúcha relaciona-se às restrições com que o Estado tem se defrontado no comércio externo. Afinal, a economia gaúcha tem, historicamente, um coeficiente de abertura superior ao do Brasil e, ao contrário de estados como Minas Gerais, que tem se beneficiado do aumento do preço do minério de ferro no mercado internacional, tem enfrentado enormes dificuldades com a perda de competitividade de produtos como calçados e móveis.

Outro elemento a ser considerado é o fato de o Estado manter um PIB *per capita* acima do brasileiro, fruto de apresentar uma menor taxa de crescimento demográfico. Mesmo sem entrar na questão de discutir os prós e os contras dessa situação, é interessante ter-se presente a possibilidade de a trajetória de crescimento do Estado inserir-se em um movimento mais amplo de descompressão das desigualdades regionais brasileiras. Assim, aos moldes do que já ocorreu a partir da metade dos anos 70, ter-se-ia um movimento, bastante tênue, é certo, de convergência das unidades da Federação em direção à média nacional, no que tange ao PIB *per capita*.

REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Cláudio. Análise do Insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembleia Legislativa, n.6, 1965.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *La division inter-regionale du travail au Brésil et l'exemple du nord-est*. Paris, Université de Paris, 1979. (mimeo)
- AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- BANDEIRA, Pedro S. A economia da Região Sul. In: AFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz de Barros (Org.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, Univ. Estadual Paulista, 1995.
- DINIZ, C. Campolina e LEMOS, Maurício Borges de. Mudança no padrão regional brasileiro; determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 9, n. 2, 1986.
- DINIZ, C. Campolina e SANTOS, Fabiana Borges Teixeira de. **Região Sudeste: desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas**. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1993.
- LIMA, Rubens S. de. A economia gaúcha seus percalços. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 25, n. 1, 1997.
- NETO, Leonardo Guimarães. 1995. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz de Barros (Org.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, Univ. Estadual Paulista, 1995.
- OLIVEIRA, Frankling de. **Rio Grande do Sul: um novo Nordeste**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- SHILLING, Paulo. **A crise econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Divisão de Cultura Técnica, 1961.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 - Participação do Produto Interno Bruto a preço corrente, por grandes regiões e unidades da Federação – 1995 – 2007

Unidades da Federação	1995 R\$ Milhão	1996 R\$ Milhão	1997 R\$ Milhão	1998 R\$ Milhão	1999 R\$ Milhão	2000 R\$ Milhão	2001 R\$ Milhão	2002 R\$ Milhão	2003 R\$ Milhão	2004 R\$ Milhão	2005 R\$ Milhão	2006 R\$ Milhão	2007 R\$ Milhão
NORTE	4,22	4,30	4,12	4,18	4,17	4,38	4,54	4,69	4,78	4,95	4,96	5,06	5,02
Roraima	0,44	0,46	0,48	0,49	0,51	0,50	0,50	0,53	0,57	0,58	0,60	0,55	0,56
Acre	0,18	0,17	0,17	0,17	0,18	0,18	0,19	0,19	0,19	0,20	0,21	0,20	0,22
Amazonas	1,43	1,48	1,34	1,35	1,31	1,42	1,39	1,47	1,47	1,56	1,55	1,65	1,58
Roraima	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16	0,14	0,15	0,15	0,16
Pará	1,56	1,58	1,52	1,54	1,55	1,62	1,71	1,74	1,75	1,83	1,82	1,87	1,86
Amapá	0,21	0,22	0,22	0,21	0,20	0,20	0,22	0,22	0,20	0,20	0,20	0,22	0,23
Tocantins	0,26	0,26	0,26	0,28	0,28	0,31	0,37	0,38	0,43	0,43	0,42	0,41	0,42
NORDESTE	12,04	12,47	12,46	12,45	12,45	12,45	12,55	12,96	12,77	12,72	13,07	13,13	13,07
Maranhão	0,91	1,01	0,98	0,96	0,97	1,01	1,03	1,05	1,09	1,11	1,18	1,21	1,19
Piauí	0,51	0,52	0,50	0,51	0,51	0,51	0,50	0,50	0,52	0,51	0,52	0,54	0,53
Ceará	1,95	2,03	1,97	1,96	1,95	1,92	1,88	1,96	1,92	1,90	1,91	1,95	1,89
Rio Grande do Norte	0,70	0,74	0,76	0,75	0,76	0,77	0,79	0,83	0,80	0,80	0,83	0,87	0,86
Paraíba	0,73	0,76	0,77	0,78	0,79	0,79	0,83	0,84	0,83	0,77	0,79	0,84	0,83
Pernambuco	2,30	2,37	2,34	2,38	2,34	2,29	2,32	2,39	2,31	2,27	2,32	2,34	2,34
Alagoas	0,66	0,64	0,66	0,68	0,65	0,66	0,65	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66	0,67
Sergipe	0,54	0,56	0,58	0,57	0,56	0,55	0,62	0,64	0,64	0,63	0,63	0,64	0,63
Bahia	3,75	3,84	3,89	3,86	3,93	3,94	3,92	4,11	4,01	4,07	4,23	4,07	4,12
SUDESTE	59,13	58,39	58,55	58,16	58,23	58,31	57,89	56,68	55,75	55,83	56,53	56,79	56,41
Minas Gerais	8,63	8,79	8,82	8,57	8,43	8,53	8,55	8,65	8,75	9,13	8,97	9,06	9,07
Espírito Santo	1,99	1,90	1,89	1,88	1,86	1,97	1,87	1,81	1,83	2,07	2,20	2,23	2,27
Rio de Janeiro	11,19	11,22	11,12	11,66	11,95	11,85	11,68	11,60	11,06	11,48	11,50	11,62	11,15
São Paulo	37,31	36,49	36,72	36,06	35,99	35,96	35,59	34,63	34,11	33,14	33,86	33,87	33,92
SUL	16,20	16,22	16,10	16,19	16,39	16,47	16,70	16,89	17,70	17,39	16,59	16,32	16,64
Paraná	5,70	5,71	5,64	5,83	5,95	5,86	5,87	5,98	6,44	6,31	5,90	5,77	6,07
Santa Catarina	3,43	3,54	3,53	3,45	3,49	3,67	3,74	3,77	3,93	3,99	3,97	3,93	3,93
Rio Grande do Sul	7,07	6,97	6,92	6,91	6,95	6,94	7,09	7,14	7,33	7,10	6,72	6,62	6,64
CENTRO-OESTE	8,41	8,62	8,77	9,01	8,77	8,39	8,52	8,77	9,01	9,11	8,86	8,71	8,87
Mato Grosso do Sul	0,91	0,91	0,93	0,95	0,96	0,96	1,01	1,03	1,13	1,09	1,01	1,03	1,06
Mato Grosso	1,04	1,02	1,07	1,08	1,16	1,28	1,25	1,42	1,64	1,90	1,74	1,49	1,60
Goiás	2,05	2,10	2,11	2,16	2,08	2,23	2,30	2,53	2,52	2,47	2,35	2,41	2,45
Distrito Federal	4,41	4,58	4,66	4,83	4,57	3,94	3,96	3,80	3,71	3,64	3,75	3,78	3,76
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

Tabela 2 - Estrutura do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade — 2002-2008

SETOR	(%)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	10,04	12,82	10,59	7,08	9,27	9,83	11,24
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,19	9,85	7,66	4,08	6,56	6,86	7,99
Pecuária e pesca	2,85	2,97	2,93	3,00	2,71	2,97	3,25
Indústria	27,98	28,14	31,47	30,28	28,13	26,62	27,54
Indústria extrativa mineral	0,20	0,23	0,25	0,28	0,16	0,17	0,18
Indústria de transformação	21,61	22,21	24,53	22,95	20,75	19,64	19,85
Construção Civil	3,81	3,48	4,20	4,57	4,48	4,29	4,53
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,35	2,22	2,49	2,48	2,74	2,52	2,97
Serviços	61,98	59,04	57,94	62,64	62,60	63,55	61,23
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,86	13,36	13,30	13,47	14,16	14,77	14,92
Serviços de alojamento e alimentação	1,62	1,28	1,44	1,44	1,41	1,56	1,45
Transportes, armazenagem e correio	5,58	4,82	4,93	5,65	5,03	5,27	4,83
Serviços de informação	2,69	2,37	2,87	2,92	2,70	2,71	2,60
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6,90	5,61	5,01	6,39	6,37	6,56	5,19
Serviços prestados às famílias e associativos	2,52	2,36	2,20	2,55	2,82	2,61	2,45
Serviços prestados às empresas	2,79	3,36	3,01	3,64	3,40	3,63	3,66
Atividades imobiliárias e aluguel	9,33	8,61	8,24	8,80	8,30	8,01	7,94
Administração, saúde e educação públicas	12,60	12,95	12,48	13,29	13,36	13,43	13,19
Saúde e educação mercantis	4,05	3,34	3,49	3,43	3,95	3,85	3,81
Serviços domésticos	1,04	0,98	0,96	1,06	1,10	1,15	1,18

Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009
 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Tabela 3 - Taxas de Crescimento do Vab da Agropecuária – Estados

	média dos períodos, em %					
	1986-1994	1995	1996-2003	2004-2005	2006-2007	1986-2007
Mato Grosso	13,2	21,1	13,4	15,5	-1,3	12,4
Roraima	4,9	7,1	9,8	1,6	-4,5	5,5
Rio Grande do Norte	4,1	-0,6	8,2	0,0	5,4	5,1
Paraná	4,7	0,2	7,8	-8,7	9,4	4,7
Mato Grosso do Sul	6,6	9,2	4,2	-12,0	8,9	4,2
Piauí	8,5	7,1	0,8	5,4	-3,4	4,2
Goiás	4,5	4,2	5,3	1,2	1,4	4,2
Santa Catarina	4,7	3,5	4,4	-1,3	5,8	4,1
Rondônia	6,0	1,9	2,3	6,5	-2,2	3,8
Maranhão	4,5	3,8	-1,3	16,6	9,2	3,7
Amapá	-1,6	12,4	6,1	11,9	6,6	3,7
Espírito Santo	2,1	-15,6	7,6	7,1	2,5	3,7
Bahia	-0,4	-1,5	4,2	19,8	2,3	3,2
Pernambuco	2,0	5,7	1,7	10,1	6,2	3,1
Sergipe	3,6	-0,2	0,4	10,6	6,5	3,1
Pará	6,9	-8,8	2,9	0,3	-4,1	3,1

Minas Gerais	1,8	-5,7	5,3	5,0	-0,3	2,8
Rio Grande do Sul	0,8	1,7	3,8	-14,1	30,0	2,8
São Paulo	1,9	8,2	2,0	1,3	2,4	2,2
Tocantins	-3,0	7,0	5,8	4,0	-4,0	2,0
Distrito Federal	5,9	6,9	2,8	-23,8	8,2	1,9
Paraíba	-0,2	9,8	1,8	-2,6	3,8	1,1
Alagoas	2,5	-0,7	-1,1	3,5	-1,1	0,8
Acre	-1,1	1,7	1,2	5,6	1,3	0,6
Rio de Janeiro	-1,0	20,8	0,2	5,6	-6,0	0,5
Ceará	3,1	-1,6	-4,0	-5,2	6,4	-0,2
Amazonas	-1,8	-1,5	-0,9	1,1	-4,8	-1,5
SUL	3,3	1,6	5,2	-9,4	16,4	3,8
BRASIL	2,8	1,8	4,3	1,3	4,8	3,4

FONTE: IBGE.

Tabela 4 - Taxas de Crescimento do Vab da Indústria - Estados

	média dos períodos, em %					
	1986-1994	1995	1996-2003	2004-2005	2006-2007	1986-2007
Amazonas	8,6	39,5	9,0	12,8	3,8	9,9
Mato Grosso	11,9	3,7	5,7	9,8	9,3	8,8
Tocantins	7,4	14,3	9,4	8,4	0,7	8,0
Acre	6,1	15,8	5,1	12,7	8,3	6,9
Paraíba	4,9	9,8	6,5	6,0	5,1	5,8
Mato Grosso do Sul	4,6	7,9	6,9	4,4	4,0	5,5
Rio Grande do Norte	4,8	11,0	5,8	0,6	-0,1	4,6
Distrito Federal	4,6	2,5	2,4	2,6	14,9	4,4
Piauí	2,3	-2,2	6,0	9,7	4,5	4,3
Goiás	4,2	-2,5	4,3	5,2	2,5	3,8
Maranhão	4,2	0,4	3,5	5,2	3,2	3,8
Roraima	5,8	2,7	2,9	2,6	-2,5	3,5
Paraná	3,2	-3,4	4,2	3,9	2,1	3,2
Espírito Santo	3,3	1,0	3,1	2,9	4,7	3,2
Sergipe	2,2	0,4	2,4	11,0	4,4	3,2
Rondônia	-3,8	0,4	9,5	4,7	9,4	3,0
Ceará	3,2	10,2	0,9	4,2	3,9	2,8
Santa Catarina	2,9	7,8	0,7	5,7	2,1	2,5
Amapá	6,3	4,1	-4,5	28,2	-9,9	2,3
Bahia	1,5	1,0	2,0	9,0	1,3	2,3
Alagoas	4,0	-7,7	1,2	-0,3	5,1	2,1
Pará	2,1	2,9	1,6	2,2	3,0	2,0
Minas Gerais	1,7	3,6	1,1	3,9	4,1	1,9
Rio Grande do Sul	3,6	-15,2	1,6	0,7	1,5	1,5
São Paulo	0,6	2,9	-0,5	5,7	3,6	1,0
Pernambuco	-1,7	11,6	-1,8	3,5	5,8	0,0
Rio de Janeiro	0,4	-1,9	-2,5	0,4	1,9	-0,7
SUL	3,5	-7,3	2,2	3,0	1,8	2,3
BRASIL	1,7	1,4	0,8	4,8	3,3	1,8

FONTE: IBGE.